



Adalson Nascimento

Sendas da modernização

O diagnóstico de arquivos da administração estadual realizado na década de 1990 foi o primeiro passo para modernização do Arquivo Público Mineiro, abrindo caminho para que fosse atribuída ao órgão a coordenação da política de gestão dos documentos administrativos em Minas Gerais.



> Entre os instrumentos surgidos com a “gestão de documentos”, os “diagnósticos de arquivos”, também chamados “censos de arquivos”, tornaram-se importantes elementos no processo de racionalização da arquivística moderna. Os diagnósticos são, geralmente, voltados para o mapeamento de massas acumuladas e para o entendimento da estrutura organizacional das instituições e suas práticas de produção e eliminação documental. Sua finalidade é produzir conhecimento para a formulação de políticas públicas de arquivos.

O *Dicionário de terminologia arquivística* define o “diagnóstico de arquivos” como “análise das informações básicas sobre arquivos, a fim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades”.¹ De maneira complementar, o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* conceitua “censo de arquivos” como “levantamento oficial, em geral periódico, dos arquivos de um determinado universo, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos”.²

A gestão de documentos desenvolveu-se nos Estados Unidos em meados do século XX. A publicação de *Modern archives: principles and techniques*,³ de Theodore Roosevelt Shellenberg, em 1956, é tomada pela literatura como marco dessa nova perspectiva da arquivística. Nessa obra, o arquivista norte-americano propõe a gestão de documentos aliada à teorização acerca do ciclo de vida documental, contrastando com a arquivística europeia, até então voltada para a custódia de arquivos históricos. Ao propor o conceito de arquivo de forma mais abrangente, abarcando também documentos administrativos, a moderna arquivística toma como objeto a produção documental cotidiana nas organizações. Nessa perspectiva, surgem os diagnósticos como instrumentos integrantes do processo de gestão documental.

Ainda em 1955, o artigo de Irving Zitmore, *Planning a Records Management Survey*, publicado na

revista *American Archivist*, propunha o diagnóstico arquivístico como a base para os projetos de gestão de documentos. Mais do que instrumento para mensurar documentos acumulados na administração, Zitmore percebia o diagnóstico como etapa fundamental para o entendimento da organização administrativa e de sua produção documental. Para o autor, “um censo de arquivos que se restringir apenas à identificação de documentos antigos e à definição da temporalidade de documentos produzirá resultados limitado”.⁴

Com a chamada “modernização dos arquivos”, o método do diagnóstico passou a ser empregado em diferentes realidades, abarcando organismos em escalas diversas, desde os municípios até as administrações nacionais ou mesmo supranacionais. Esse é o caso do mapeamento da situação dos arquivos latino-americanos realizado pela Fundação Mapfre em 1999. Nesse diagnóstico, foram levantados aspectos diversos como a situação jurídica dos arquivos, formação de pessoal e uso de novas tecnologias, entre outros.⁵

No Brasil, a temática do diagnóstico desenvolveu-se na literatura arquivística na década de 1980, momento em que os censos de arquivo foram amplamente realizados com o objetivo de conhecer a realidade documental e elaborar planos de ação. Naquele contexto, muitas instituições arquivísticas deixaram de ser apenas repositórios de documentos históricos e assumiram a responsabilidade de gerir com maior eficiência a produção documental.

No âmbito federal, o Arquivo Nacional constituiu, em 1981, o Grupo de Identificação de Fundos Externos (Gife), com o objetivo de identificar e cadastrar os acervos acumulados pelos órgãos da administração federal no Estado do Rio de Janeiro. Esse diagnóstico registrou aspectos do conteúdo, forma, origem, estado de conservação e localização física de documentos em 198 arquivos. A quantidade total de documentos encontrados

foi de 125 mil metros lineares, circunscritos entre os anos de 1700 e 1983. Com o objetivo de auxiliar os arquivos estaduais e municipais no processo de diagnóstico, o Arquivo Nacional publicou, em 1985, um manual contendo a metodologia empregada pelo Gife.

Posteriormente, em 1989, o Arquivo Nacional realizou novo diagnóstico dos arquivos da administração federal direta e autárquica, incluindo arquivos da cidade do Rio de Janeiro e de Brasília. A pesquisa incluiu dados sobre os órgãos – natureza jurídica, atribuições e histórico – e os acervos – datas-limite, quantificação, condições de acesso e de armazenamento.⁶ Novamente, verificou-se grande desorganização, ausência de práticas de gestão documental e precariedade na guarda e acesso aos documentos. Renato Tarciso Barbosa de Sousa⁷ e Ana Celeste Indolfo⁸ referem-se ao quadro apresentado nesse levantamento como estado de “caos informacional”. Os dois diagnósticos dos arquivos federais realizados pelo Arquivo Nacional na década de 1980 demarcam o início de uma nova etapa da história da instituição, momento em que a gestão de documentos administrativos é reconhecida como função central do principal arquivo brasileiro.

Também na década de 1980, em algumas unidades federativas, foram realizados diagnósticos maximalistas,⁹ coordenados pelas instituições arquivísticas estaduais. Um dos projetos pioneiros foi o do Estado de São Paulo. Iniciado em 1985, o diagnóstico teve por objetivo “conhecer a situação das unidades orgânicas que desenvolvem atividades de protocolo e arquivo nas diversas Secretarias de Estado, bem como a realização de mapeamento dos depósitos da documentação custodiada pelos arquivos da administração direta do Estado de São Paulo sediados na Capital”.¹⁰ O levantamento registrou cerca de 100 mil metros lineares de documentos em aproximadamente 1.400 depósitos. A realização do diagnóstico em São Paulo coincidiu com a instituição

do Sistema de Arquivos no Estado. Naquele momento, iniciou-se a modernização do Arquivo Público, que assumiu a função de coordenação do Sistema de Arquivos do Estado.

Iniciativa do APM

Em Minas Gerais, o primeiro diagnóstico de arquivos do Poder Executivo estadual foi realizado entre 1995 e 1997. O trabalho ocorreu no âmbito do projeto *Informação e Memória: gestão e preservação do patrimônio documental público do Governo do Estado de Minas Gerais*,¹¹ executado pelo Arquivo Público Mineiro (APM) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). O objetivo era estabelecer as bases para a gestão de documentos na administração estadual. Para tanto, previam-se no projeto original a identificação dos acervos, a implantação do arquivo intermediário no APM, o tratamento e recolhimento da documentação de duas Secretarias de Estado, o treinamento de servidores e a divulgação de metodologias de gestão de documentos em todas as unidades administrativas. Durante sua execução, os objetivos do projeto foram ajustados, visando garantir a sua exequibilidade.

Há que se ressaltar que o início do projeto *Informação e Memória*, em 1995, ocorreu num contexto em que a gestão documental havia sido instituída legalmente como função do APM. Em 30 de dezembro de 1994, a Lei Estadual de Cultura¹² tratou da questão da política estadual de arquivos, incluindo a gestão documental dos arquivos administrativos. Poucos dias antes, outra lei havia criado, junto ao APM, a Diretoria de Gestão de Documentos.¹³ De fato, as ações realizadas no âmbito do projeto *Informação e Memória* foram a base para a implantação da gestão documental no Estado, ao amparo desses instrumentos legais.¹⁴

A metodologia original previa a estruturação do projeto em quatro módulos. Do primeiro, a ser executado em três meses, constava a realização do diagnóstico de arquivos da administração estadual. O segundo e terceiro módulos, o tratamento da documentação intermediária em duas secretarias de governo. O quarto e último módulo destinava-se à divulgação da metodologia do projeto entre os servidores da administração pública estadual.¹⁵ Após uma readequação do projeto, o prazo previsto para a realização do diagnóstico foi alterado de três para 14 meses. O projeto assim definia o diagnóstico: “Sondagem sistematizada nas Secretarias para dimensionamento do volume, condições de preservação, nível de organização e natureza da documentação acumulada. Paralelamente será feito um estudo da legislação e da evolução administrativa destas unidades”.¹⁶

O diagnóstico englobou os acervos dos órgãos da administração direta localizados em Belo Horizonte. As representações regionais das Secretarias sediadas no interior do Estado não fizeram parte desse levantamento. No total, foram diagnosticados os arquivos de 19 Secretarias de Estado mais o do Gabinete do Vice-Governador. No início dos trabalhos do diagnóstico, o levantamento incluía os arquivos correntes, intermediários e permanentes¹⁷ dos órgãos. Posteriormente, os arquivos correntes deixaram de ser registrados.¹⁸ Os dados recolhidos perpassam diversos aspectos acerca das atividades do órgão produtor e dos arquivos custodiados, incluindo a quantificação e o estado de conservação.

Os dados sobre o acervo foram recolhidos por meio do preenchimento de seis diferentes formulários que registravam separadamente as informações sobre os gêneros documentais em cada arquivo ou depósito. Esses seis gêneros documentais alvos do diagnóstico foram: documentação escrita, documentação cartográfica, documentação sonora, documentação

iconográfica, documentação filmográfica e documentação micrográfica.¹⁹ Os formulários seguem, com modificações mínimas, os modelos apresentados no *Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos*, publicado pelo Arquivo Nacional.

Cada formulário tinha, em média, 22 quesitos. A maior parte das questões era comum aos seis formulários e tratava de temas como identificação do órgão custodiador (nome, endereço e horário de funcionamento), data da implantação do arquivo, origem do acervo (transferência, recolhimento, doação, compra etc.), existência e característica de instrumentos de pesquisa, condições de acesso, existência de equipamentos necessários para a reprodução, prática de eliminação e condições dos depósitos e de acondicionamento. Entre as questões específicas, havia, por exemplo, perguntas sobre a existência de cópias em fitas dos discos e a existência de transcrição de fitas no formulário sobre a documentação sonora. Outro exemplo de especificidade aparece no formulário sobre a documentação micográfica: perguntava-se se o laboratório tinha registro no Ministério da Justiça e se havia eliminação de documentos após a microfilmagem.

O resultado do diagnóstico foi consolidado no documento *Levantamento de dados da situação documental dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, sediados em Belo Horizonte*.²⁰ Nesse documento, além dos dados quantitativos recolhidos nos formulários preenchidos em cada arquivo, há informações qualitativas. Essas informações tratam, por exemplo, das atribuições e do histórico das Secretarias de Estado, data de criação, mudanças de denominação e de vinculação.

O total de documentos textuais identificados no diagnóstico foi 18.478 metros lineares.²¹ Cabe lembrar que esse número abarca os arquivos das

sedes das Secretarias de Estado localizadas em Belo Horizonte. Não foram computados os acervos das representações regionais.²² Os documentos mais antigos datam do último terço do século XIX. Importante notar que os documentos encontrados nos arquivos da maior parte dos órgãos são anteriores à própria criação do órgão. Na Secretaria de Estado de Educação, por exemplo, havia documentos datados de 1903; no entanto, o histórico do órgão informa que sua criação ocorreu em 1946. Isso significa que no momento de criação da Secretaria como órgão autônomo e diretamente ligado ao poder central, em 1946, ela recebeu documentos ligados à função educação que foram gerados anteriormente, em outras repartições. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de documentos textuais encontrados em cada Secretaria de Estado. A ordem de apresentação dos dados segue a data-limite dos documentos. No topo do gráfico estão listados os acervos mais antigos e na base, os acervos mais recentes.

Análise dos dados

Os números absolutos evidenciam que, de maneira geral, havia coincidência entre os volumes documentais maiores e as datas-limite mais antigas. Ou seja, quanto mais antigo o acervo acumulado, maior era o volume. De outro lado, a análise individualizada dos dados de cada Secretaria de Estado demonstra que a maior parte dos documentos acumulados era recente. Na Secretaria de Estado de Educação, por exemplo, dos 1.783 metros lineares de documentos, menos de 10% foram produzidos entre 1903 e a década de 1960. Mais de 90% da massa acumulada era de documentos das décadas de 1970 a 1990. O predomínio de documentos mais recentes pode, talvez, ser explicado pelo aumento da produção documental na segunda metade do século XX. Tal fenômeno, denominado *explosão documental*, é citado na literatura sobre

arquivos como fator para o aumento exponencial recente das massas documentais. Para se entender a predominância de documentos recentes nos arquivos das Secretarias de Estado, seria necessária uma investigação específica que levasse em conta elementos diversos.

O diagnóstico discrimina a dimensão de documentos textuais gerados pelas atividades-fim e pelas atividades-meio em 16 Secretarias de Estado (Gráfico 2). A maior parte dos documentos, ou seja, 57,50%, refere-se às atividades-meio, tipo que é predominante em 13 órgãos. Os documentos que dizem respeito às atividades-fim somam 42,50% e são predominantes em apenas três Secretarias de Estado. A inexistência de uma política de gestão documental racional naquele momento explica essa a grande porcentagem de documentos arquivados gerados por atividades-meio.

Os resultados do diagnóstico levaram à mobilização imediata para a elaboração da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) relativa às atividades-meio. Na apresentação da tabela, publicada em 1997, informa-se:

Tendo em vista a situação arquivística da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, detectada após o levantamento dos dados e sua análise, verificou-se a urgência de se desenvolver um projeto efetivo de gestão de documentos, cujos primeiros produtos foram: Plano de Classificação de Documentos por Assunto e Tabela de Temporalidade para as Atividades Mantenedoras da Administração Pública Estadual [...].²³

Ao longo do levantamento, registrou-se também a dimensão dos documentos não textuais, caracterizados por suportes e formatos ditos “não convencionais” e denominados “documentos especiais” no diagnóstico.

Ficaram evidentes a diversidade de suportes e o grande número de documentos (Tabela 1).

Além da quantificação e datação dos documentos textuais e especiais, o diagnóstico gerou outros números que permitem uma visão bastante ampla sobre aspectos diversos dos arquivos da administração pública mineira. As informações sobre as condições de consulta indicam que a maior parte dos documentos não estava disponível para o cidadão. Certamente, seria anacronismo imaginar o acesso como regra num contexto muito anterior às mudanças trazidas pela promulgação da chamada Lei da Informação, sancionada em 2011.²⁴ Ainda assim, ao final do diagnóstico, criticou-se a inexistência de infraestrutura nos arquivos para atendimento aos pleitos do cidadão.

Sobre os instrumentos de recuperação e os critérios de ordenação dos documentos, o diagnóstico revelou grande precariedade. Na ausência de instrumentos como listagens impressas e digitais, fichários e catálogos, predominava a chamada “busca direta” dos documentos no mobiliário. Conclui-se que “o acesso ao documento só é possível através dos próprios funcionários que detêm o conhecimento de seu conteúdo e a lógica de sua organização”.²⁵ Essa situação revelava que, em contraposição aos pressupostos do processamento técnico da arquivologia, as práticas de arquivamento eram embasadas em conhecimentos tácitos e marcadas pelo “bom senso”.

O diagnóstico avaliou as condições materiais de armazenamento no mobiliário, de acondicionamento nas embalagens e o estado de conservação, classificados como bom, regular e sofrível. A consolidação dos dados de cerca de 250 formulários referentes aos arquivos em 12 Secretarias de Estado demonstra que quase 65% tinham estado de conservação regular ou sofrível (Gráfico 3). Concluiu-se que as condições dos

depósitos eram “as piores possíveis”. Os ambientes são caracterizados como “abafados, úmidos, empoeirados, com luminosidade inadequada, sem proteção contra incêndio, com mobiliários antigos, inadequados e estragados, presença de insetos, documentos desordenados jogados no chão”.²⁶

O relatório do diagnóstico também tece considerações sobre a administração dos acervos, marcada pela “eliminação indiscriminada de documentos”. Mais de 90% dos órgãos não possuíam comissões de avaliação. O quadro se agravava pela inexistência de um “órgão coordenador das atividades de arquivo com poderes normatizadores” e pela inexistência de “normas que regulem a utilização de técnicas necessárias às atividades de transferência e eliminação, tais como classificação e avaliação de documentos e elaboração de tabelas de temporalidade”.²⁷ A baixa posição hierárquica dos arquivos na estrutura organizacional, quando eram formalmente constituídos, também contribuía para esse quadro.

Os dados colhidos durante o diagnóstico de arquivos realizados pelo APM e as análises dos documentos finais do projeto denotam a precariedade da situação dos documentos da administração mineira na década de 1990. Essa realidade era bastante similar aos resultados dos primeiros diagnósticos realizados pelas instituições arquivísticas latino-americanas e brasileiras, como, por exemplo, pelo Arquivo Nacional e pelo Arquivo do Estado de São Paulo.

Em obra publicada em 1997, Luís Carlos Lopes, arauto da chamada “arquivística integrada” no Brasil, reflete acerca da informação arquivística registrada, transmitida e acumulada de modo digital. Ainda assim, o autor não deixou de reconhecer que, em contraposição à informação arquivística digital, “em nossa realidade, o ‘concreto’ arquivístico ainda tem muito mais importância. Vive-se, na América Latina, o

dilema de grandes massas documentais acumuladas, sobretudo em suporte papel, guardadas sem tratamento profissional”.²⁸

Diagnóstico e resultados

O diagnóstico realizado em Minas Gerais compõe, junto com outros levantamentos, um quadro dessa situação nacional e latino-americana. Como destacava Souza, em 2006, as instituições arquivísticas no Brasil têm “grandes massas de dados” sobre a situação dos arquivos²⁹ e foi a partir desses dados que se iniciou o planejamento racional e orgânico das políticas públicas de arquivos.

No caso mineiro, como já citado, os resultados do diagnóstico estão intrinsecamente relacionados à imediata elaboração da TTDD das atividades-meio da administração pública em 1997. O processo de elaboração de instrumentos de gestão, iniciado com o diagnóstico de arquivos, está prestes a dar um importante passo que será a publicação dos Planos de Classificação e TTDD das atividades-fim dos órgãos do Poder Executivo estadual, prevista para breve.

O fato de o diagnóstico de arquivos realizado pelo APM ter se iniciado em 1995 é bastante simbólico. Aquele era o ano do centenário da instituição. Sua trajetória, marcada até então pela função exclusiva de preservar documentos históricos, alterou-se. O diagnóstico fez com que, pela primeira vez, a instituição entrasse em contato com o ambiente administrativo das Secretarias de Estado. Esse movimento permitiu que o corpo técnico do APM e os servidores estaduais das Secretarias trocassem experiências sobre o seu cotidiano. Nessas partilhas, o APM iniciou a produção de conhecimento sobre a administração e a produção documental nos diversos órgãos. De outro lado, os agentes lotados nas Secretarias passaram a entender

melhor os pressupostos da gestão documental e a responsabilidade do APM em sua condução.

Percebe-se, em diversos documentos produzidos ao longo do diagnóstico, o forte desejo de modernização do APM expresso por seus agentes.³⁰ Um trecho conclusivo de um relatório expressa bem a vontade de modernização. Ainda que longo, segue reproduzido:

No Brasil, as instituições arquivísticas são associadas a um passado inerte e a algo aquém da realidade dos governos e dos cidadãos, das suas demandas e produtos. Tratam-se de entidades distanciadas da administração pública, ineficientes e, portanto, irreconhecidas pelos governos e pelos cidadãos.

Assim, acreditamos que a modernização de nossos arquivos é urgente, e que os programas destinados a esses propósitos devem ser considerados indispensáveis, e empreendidos com prontidão e energia. Para tal, é necessário criar um projeto de ação que possa ser compreendido e apoiado por todas as pessoas que deverão participar, de algum modo, no processo de transformação dos arquivos.

Neste sentido, conhecer com suficiente profundidade a realidade de nossos arquivos, desenvolver propostas adequadas para a solução de seus problemas e, sobretudo, dialogar responsável e permanentemente com todas as instâncias que devem participar na sua solução são condições essenciais de uma ação relevante e efetiva. É aí que o Arquivo Público Mineiro acredita estar assentada a sua finalidade básica como arquivo e se propõe ao desafio de tornar públicas as ações governamentais de um Estado que ainda está longe de mostrar a transparência administrativa que tanto decanta.³¹

Nota-se que havia bastante clareza sobre o significado da gestão de documentos como elemento de transparência pública. Advogava-se uma profunda renovação do perfil do APM, visando ser reconhecido como integrante do cotidiano do cidadão e da administração pública como uma instituição viva. O diagnóstico, como elemento que daria a conhecer a realidade dos arquivos, era tido como o primeiro passo para a modernização do APM. Nessa direção, os caminhos trilhados pelo APM naqueles anos podem ser sintetizados pela máxima “conhecer para transformar”.

RESUMO | Em 1995, data em que completou 100 anos, o Arquivo Público Mineiro iniciou um projeto para a produção de um diagnóstico dos arquivos da administração estadual de Minas Gerais. O diagnóstico inaugurou uma nova e importante fase em que a instituição assumiu a coordenação da política de gestão dos documentos administrativos, aproximando-se da moderna teoria arquivística.

ABSTRACT | In 1995, the year of its centenary, the Minas Gerais Public Archives initiated a project to produce a diagnosis of the state administration archives. This diagnosis inaugurated a new and important phase in which the institution assumed responsibility for coordination of the management policy of administrative documents, approaching modern archivist theory.

Notas |

1. DIAGNÓSTICO DE ARQUIVOS. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida *et al.* *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Centro de Memória da Educação; FEUSP/FAPESP, 2010.
2. CENSO DE ARQUIVOS. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
3. No Brasil, a tradução da obra foi publicada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas com o título de *Arquivos modernos: princípios e técnicas*.
4. A records management survey which is confined only to identification of old records and the preparation of record schedules will yield very meager returns. Referência: ZITMORE, Irving. Planning a Records Management Survey. *American Archivist*, v. 18, n. 2, p. 135, abril 1955. Tradução nossa.
5. FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. *Los archivos de América Latina. Informe experto de la Fundación Histórica Tavera sobre su situación actual*. Madrid: FHT; Banco Mundial, 2000.
6. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Cadastro Nacional de Arquivos Federais*. Brasília: Presidência da República, 1990.
7. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. *Arquivo Rio Claro*, São Paulo, n. 2, 2004.

8. INDOLFO, Ana Celeste. *As transformações no cenário arquivístico federal a partir do uso das normas*. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro, RJ: AAB, 2008.

9. Diagnóstico maximalista é levantamento de arquivos de um conjunto de órgãos ligados a um organismo. O diagnóstico minimalista caracteriza-se pela pesquisa aprofundada num único órgão. Ver: LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

10. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Diagnóstico da situação dos arquivos do Governo do Estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1987. p. 18.

11. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Informação e memória: gestão e preservação do patrimônio documental público do Governo do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: APM, 1994. Mimeo.

12. MINAS GERAIS. Lei 11.726, de 30 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a Política Cultural do Estado de Minas Gerais.

13. MINAS GERAIS. Lei 11.714, de 26 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências.

14. Ver CAETANO, Augusta Aparecida Cordoval; CORSINO, Maria de Fátima da Silva. Preservação da memória administrativa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLVI, n. 2, jul-dez. 2010.

15. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Informação e memória*, p. 8.

16. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Informação e memória*, p. 8.

17. Órgãos em que foram registrados os arquivos correntes, intermediários e permanentes: Gabinete do Vice-Governador; Secretaria de Estado da Casa Civil; Secretaria de Estado da Comunicação Social; Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado da Habitação; Secretaria de Estado da Indústria e Comércio; Secretaria de Estado da Justiça; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Secretaria de Estado de Assuntos municipais; Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social e Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

18. Órgãos em que foram registrados os arquivos intermediários e permanentes; Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo; Secretaria de Estado de Minas e Energia e Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração.

19. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *2º Relatório, informação e memória: gestão e preservação do patrimônio documental público do Governo do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: APM, 1996. Mimeo.

20. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Levantamento de dados da situação documental dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, sediados em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: APM, 1997. Volumes 1 e 2. Mimeo. (Doravante LDSDOAPED)

21. A título de comparação, o APM possuía 400 metros lineares de documentos em seus depósitos em 1995. LDSDOAPED, v. 1, p. 6.

22. Os números do diagnóstico seriam bem maiores caso envolvessem os acervos localizados no interior mineiro. Estudo específico sobre a Secretaria de Estado de Fazenda demonstra isso. Corsino e Magalhães apontam a existência de grandes volumes documentais nos arquivos das representações regionais do órgão. CORSINO, Maria de Fátima da Silva; MAGALHÃES, Thais de Castro. O papel e importância da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivos, no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais: o caso da Secretaria de Estado de Fazenda. *Revista Digital da Gestão Pública*, n. 1, 2º sem. 2007.

23. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo para as atividades mantenedoras da Administração Pública do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1997. p. 8.

24. BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

25. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *2º Relatório, informação e memória*, p. 13.

26. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *2º Relatório, informação e memória*, p. 14.

27. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *2º Relatório, informação e memória*, p. 13-14.

28. LOPES, Luís Carlos. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. p. 101.

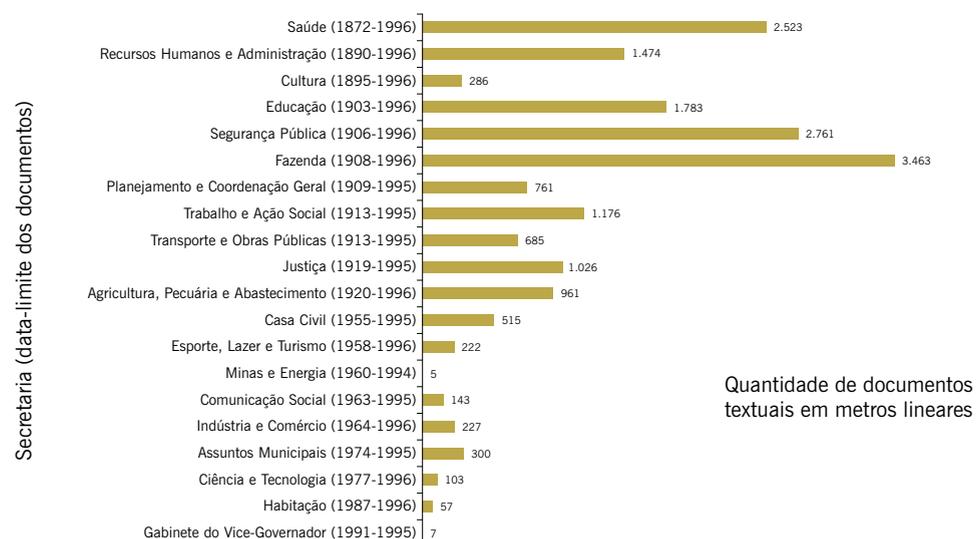
29. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: *Anais do 2º Congresso Nacional de Arquivologia*. Porto Alegre. ABARQ/UnB, 2006.

30. Pode-se dizer que existia um ambiente favorável ao debate sobre a gestão de documentos e as modernas funções dos arquivos na cidade de Belo Horizonte naquele momento. O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) fora criado em 1991 e logo iniciou um projeto de diagnóstico dos acervos documentais da municipalidade. Em 1997, o APCBH publicou uma primeira versão da prefeitura. Há de se notar que Norma de Góes Monteiro dirigiu o APCBH em seus primeiros anos de funcionamento e assumiu, em fevereiro de 1995, a Superintendência APM, momento em que se iniciou o diagnóstico. Na década de 1980 ela havia coordenado os Arquivos Intermediários do Arquivo Nacional.

31. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *2º Relatório, informação e memória*, p. 23-24.

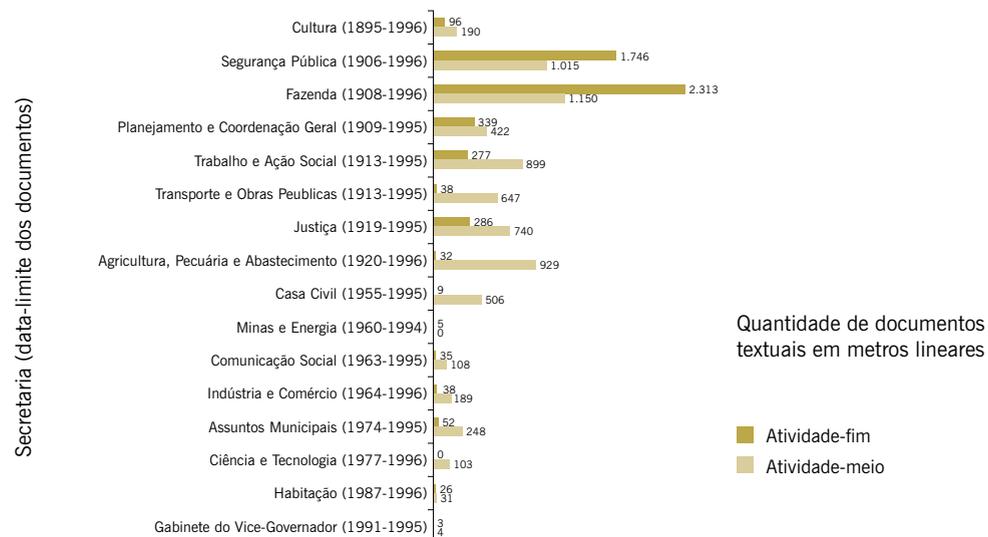
Adalson Nascimento é professor do Departamento de Organização e Tratamento da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFMG) e atua no curso de Arquivologia. <adalson@ufmg.br>

Gráfico 1 | Dimensão dos documentos textuais acumulados nas Secretarias de Estado de Minas Gerais



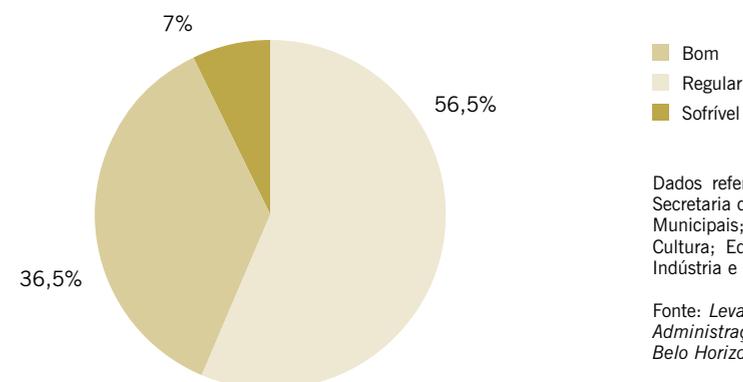
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. 2º Relatório, Informação e Memória: Gestão e Preservação do Patrimônio Documental público do Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: APM, 1996. Mimeo; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Levantamento de dados da situação documental dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, sediados em Belo Horizonte. Belo Horizonte: APM, 1997. v. 1 e 2. Mimeo.

Gráfico 2 | Dimensão dos documentos textuais acumulados nas Secretarias de Estado de Minas Gerais por função



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. 2º Relatório, Informação e Memória: Gestão e Preservação do Patrimônio Documental público do Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: APM, 1996. Mimeo; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Levantamento de dados da situação documental dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, sediados em Belo Horizonte. Belo Horizonte: APM, 1997. v. 1 e 2. Mimeo.

Gráfico 3 | Estado de conservação dos arquivos nas Secretarias de Estado de Minas Gerais



Dados referentes aos seguintes órgãos: Gabinete do Vice-Governador; Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Assuntos Municipais; Casa Civil; Comunicação Social; Ciência e Tecnologia; Cultura; Educação; Esportes, Lazer e Turismo; Fazenda; Habitação e Indústria e Comércio.

Fonte: Levantamento de dados da situação documental dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, sediados em Belo Horizonte. Belo Horizonte: APM, 1997. v. 1. Mimeo.

Tabela 1 | Dimensão total dos documentos especiais acumulados nas Secretarias de Estado de Minas Gerais

Unidades	Suporte
613	Fitas VHS
2.390	Disquetes
2.510	Fitas magnéticas Data Cartridge
9	Fitas Dat Strimmer
21.318	Envelopes com negativos
6.549	Negativos
147.558	Fotografias
13.883	Slides
260	Fitas cassete
141	Cliches
600	Cartazes
600	Folhetos
926.595	Jaquetas (16 mm)
45.276	Rolos (16 mm)
45	Fitas em rolo
1.157	Mapas
7.731	Plantas
4.077	Mapas e plantas
382	Rolos de plantas
34	Latas com rolos de negativos
1.246	Microfichas
1.868	Cartuchos
46	Filmes
2	Vídeotapes

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. 2º Relatório, Informação e Memória: Gestão e Preservação do Patrimônio Documental público do Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: APM, 1996. Mimeo; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Levantamento de dados da situação documental dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, sediados em Belo Horizonte. Belo Horizonte: APM, 1997. v. 1 e 2. Mimeo.